

Entidades assistenciais socioeducativas: Entre a filantropia e o
assistencialismo
Silvio José Benelli
Abílio da Costa-Rosa

Como citar: BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. Entidades assistenciais socioeducativas: Entre a filantropia e o assistencialismo. *In:* XAVIER, A. L. P.; GHAZIRI, S. M.; NÓBREGA, R. M. N.; BRAZ, A. F. L. (Org.). **Retratos da Infância e Juventude:** Práticas Sociais e abordagens teóricas no município de Assis/SP. Marília: Fundepe, 2011. p. 169-186. DOI: <https://doi.org/10.36311/2011.978-85-98176-35-2.p169-186>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Capítulo 26

Entidades assistenciais socioeducativas: Entre a filantropia e o assistencialismo

Silvio José Benelli

Abílio da Costa-Rosa

O atendimento institucional à criança e ao adolescente na proteção social básica

Trabalhamos com a hipótese de que o atendimento institucional à infância e à adolescência consideradas em “situação pessoal e social de risco” consistiria num plano transdisciplinar, operado por equipes multidisciplinares compostas por dirigentes, educadores sociais e técnicos administrativos. Da composição desse plano, entendemos que fazem parte saberes e práticas da Educação e da Pedagogia (COTRIM, 1993; LIBÂNEO, 1994; SAVIANI, 1988; DUARTE, 2001; FRANCISCO FILHO, 2004), da Psicologia (BUJES, 2000, 2002; BULCÃO, 2002; CRUZ; HILLESHEIM; GUARESCHI, 2005; COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005; CÉSAR, 2008; CRUZ; GUARESCHI, 2004, 2009) e também da Assistência Social (RIZZINI, 1997; DINIZ; LOBO, 1998; DONZELOT, 2001; GOMES DA COSTA, 2006), da Saúde, da Justiça e da Segurança Pública (SALIBA, 2006; MONTEIRO, 2006; NOGUEIRA NETO, 2010). Há um importante plano jurídico e legal instituindo a realidade social de crianças e adolescentes, inclusive produzindo todo um aparato institucional composto por leis, por estabelecimentos e por práticas sociais relacionadas com tais figuras. Certamente podemos ainda entender que há também uma dimensão cultural que tende a conceber e a lidar com crianças e adolescentes de modos diversos. Procuramos problematizar esses campos de saberes e de fazeres que, no nosso entendimento, desenham as práticas denominadas “socioeducativas”, esboçando também alguns apontamentos críticos sobre os objetos/sujeitos dessa ação institucional: as crianças e os adolescentes na contemporaneidade. Para tanto, realizamos uma investigação a partir de uma abordagem institucional (BENELLI, 2006, 2007) em uma entidade assistencial socioeducativa que atende a crianças e a adolescentes no nível da proteção básica num município do interior do Estado de São Paulo. Nossas análises foram produzidas a partir do plano de trabalho, bem como por meio de visitas de observação numa entidade assistencial socioeducativa pública.

O plano de uma entidade assistencial pública

De acordo com as informações do plano de trabalho da entidade pública, trata-se de um estabelecimento público municipal que “começou a acompanhar as crianças de rua, quantificando-as, identificando-as e orientando-as para a inserção no programa assistencial desenvolvido focalizando crianças e adolescentes” (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002, p.2). Trata-se de um programa municipal de atendimento à criança e ao adolescente que se ramifica em diversas unidades espalhadas pelo território municipal, funcionando a partir de coordenadas comuns e, também, estabelecendo parcerias com outras entidades privadas, religiosas e, inclusive, empresariais.

O texto do plano de trabalho prossegue afirmando que, “considerando-se a identificação dessas crianças de rua, detectou-se a vulnerabilidade das famílias e do seu meio social, priorizando o atendimento a esse segmento, prevenindo a ociosidade e riscos dela decorrentes” (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002, p.2). Dessa forma, “o objetivo da entidade é buscar alternativas que possam minimizar as situações de extrema pobreza que se fazem emergentes e fortalecer a sua inserção no processo social” (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002, p.2). O documento diz ainda que

as ruas centrais da cidade são ocupadas por crianças e adolescentes que nela buscam atendimento para algumas de suas necessidades básicas, tais como alimentação, lazer e higiene, entre outras. Conquanto consigam satisfazer as necessidades acima apontadas, outras tantas, embora não menos relevantes, não são atendidas tais como carinho, afeto, segurança e escolarização, entre outras. A ‘sedução’ do mundo moderno pode ser satisfeita, de alguma forma, na rua, uma vez que a família e a escola não as satisfazem, pois as famílias estão sem garantias mínimas de sobrevivência com pais e mães desempregados ou subempregados, alcoólatras, famílias extensas. Por outro lado, a criança na rua garante a sobrevivência do grupo familiar. (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002, p.2-3).

Diante desse quadro, o programa municipal se propõe a “trabalhar com a criança/adolescente de 07 a 14 anos de ambos os sexos, em situação de e na rua, no sentido da construção de sua identidade, bem como de sua cidadania, enquanto pessoa em desenvolvimento que participa e influencia a sociedade” (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002, p.3). A entidade quer “oferecer à criança/adolescente de rua modelos positivos de referencial humano” (SECRETARIA MUNICIPAL

DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002, p.5). Além disso, também quer “conscientizar a criança da necessidade das regras existentes na sociedade e no dever de cumpri-las para o seu bem-estar social, físico e psicológico” (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002, p.3). Para tanto, pretende “trabalhar no sentido de afastar essas crianças e adolescentes da rua, oferecendo-lhes uma nova oportunidade de vida.” (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002, p.3). Os objetivos do programa municipal são os seguintes:

- a) formar e aperfeiçoar crianças e adolescentes para o exercício da cidadania, oportunizando a chance de se realizarem como seres humanos; b) proporcionar as crianças e adolescentes oportunidades de adquirir conhecimentos, desenvolver habilidades e atitudes que favoreça seu ingresso, regresso, permanência e sucesso escolar; c) provocar impacto positivo na qualidade de vida da criança, adolescente, família e da comunidade, através da educação, da convivência familiar e da participação comunitária. (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002, p.3)

O programa de “atendimento de crianças/adolescentes em situação de risco pessoal e social, bem como as suas famílias”, tem as seguintes metas:

- a) assegurar a frequência da criança/adolescente no processo escolar, através de articulação sistemática junto às escolas na busca de informações, trabalho, saúde, cultura e uma melhor qualidade de vida; b) buscar através de atividades recreativas, lúdicas, esportivas, culturais e atividades ocupacionais, estimular o interesse e a aptidão de cada criança/adolescente; c) criar várias unidades em regime aberto, com funções diferenciadas, descentralizadas e localizadas em regiões estratégicas da cidade; d) a unidade I, com capacidade de atendimento de 50 crianças/adolescentes, terá como função a recepção, adaptação e triagem para o encaminhamento para as demais unidades; e) a unidade II tem capacidade para atender 290 crianças/adolescentes, de acordo com os objetivos da entidade; f) a unidade III, IV e V tem capacidade para atender 110 crianças/adolescentes, de acordo com os objetivos da entidade; a unidade VI tem capacidade para atender 200 usuários, sendo 150 no nível profissionalizante e 50 para atendimento de crianças/adolescentes, de acordo com os objetivos da entidade. As unidades II, III e VI funcionam em parceria com instituições particulares. (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002, p. 4-5).

Seus recursos humanos compõem a seguinte equipe técnica: 06 assistentes sociais, 04 psicólogas, 01 coordenadora pedagógica, 01 fonoaudióloga, 02 educadoras de rua, 09 educadores sociais, 02 professores de educação física, 01 professora de dança, 02 maestros (coral e fanfarra), 10 voluntários (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002, p.6). Essa equipe de profissionais trabalha alguns dias da semana em cada uma das unidades de atendimento. As etapas do trabalho

previstas são as seguintes:

a) abordagem de rua: com a abordagem da equipe de rua, dar oportunidade para que as crianças conheçam pessoas positivas, diferentes das que elas estão acostumadas a encontrar, e oportunizar momentos diferentes daqueles que elas conhecem. Através da intervenção, começar a transição de um passado de rua para a cidadania. Para isso é importante a criação de vínculo e confiabilidade do educador com a criança/adolescente, o desenvolvimento de atividades socioeducativas e o suprimento de algumas necessidades básicas; b) inserção na entidade assistencial: meninos e meninas têm o “direito de ser criança” ou seja: brincar, estudar, desenvolver atividades esportivas e culturais. Através da equipe técnica a criança/adolescente será atendida priorizando as necessidades imediatas: nutricional, psicológica, familiar, social ou encaminhada a recursos existentes na comunidade; c) com o trabalho socioeducativo promover seu desenvolvimento integral, estimular a aquisição de hábitos saudáveis, cultivar as relações interpessoais, o desempenho de papéis e a consciência de seus direitos e deveres como cidadãos atuantes na comunidade. (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002, p. 7)

As atividades desenvolvidas no cotidiano do trabalho socioeducativo são as seguintes:

a) apoio e reforço das tarefas escolares; b) recreação e jogos, com o desenvolvimento de atividades físicas, esportivas e recreativas como forma de canalização da energia para atividades positivas e estimulação da vida em sociedade através do desenvolvimento de equipes; c) dança, desenvolvendo a coordenação motora, noção corporal e espacial, visando a integração da criança com a sociedade; d) coral/fanfarras, trabalhando a transmissão de sentimentos para o papel durante uma música, procurando estimular a expressão oral, a linguagem, a cultura, o gosto pelas artes, a impostação de voz, a autoestima e a desenvoltura em público através de apresentações; e) artesanato, estimulando a criatividade a fim de desenvolver na criança/adolescente o gosto por trabalhos manuais, preparando-os para desenvolver atividades com fins lucrativos; f) culinária, fazer com que as crianças/adolescentes tenham noções de higiene, seleção e preparação dos alimentos que possam ser utilizados no seu dia a dia; g) brinquedoteca, coloca-se como um importante mecanismo de caráter educativo (responsabilidade, respeito, iniciação à vida coletiva e social), político (democratização do acesso ao brinquedo às crianças pobres), pedagógico (uso do brinquedo como auxiliador no processo de ensino-aprendizagem), científico (fonte de pesquisa sobre o comportamento da criança propiciada na interação desta com o brinquedo), cultural (meio de estabelecer relações como mundo das artes, literatura, criação etc) e lúdico (oportuniza o espaço de brincar, desarticulando o brinquedo de seu valor monetário, onde a criança

irá usufruir sem o sentimento de posse além do que irá ter a oportunidade de experimentar antes de comprar; h) formação bíblica, são trabalhadas histórias bíblicas através de músicas, jogos e brincadeiras que levam a compreensão das referidas passagens, conhecimento de Deus, sem ligação com doutrinas, priorizando o respeito com o semelhante; i) higienização e saúde, desenvolver hábitos sadios de higiene e saúde através de banhos diários, escovação de dentes após as refeições, corte de unhas e de cabelos. Preleções abordando temas como: sexualidade, drogas e alimentação adequada. Diariamente os educadores sociais acompanham as crianças/adolescentes nas refeições, aproveitando esse horário para passar noções de comportamento à mesa, uso adequado de talheres e copos, evidenciando a importância de cada alimento (verduras, frutas, legumes, etc). (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002, p. 7-8)

Está prevista também a realização de diversos atendimentos por profissionais de diversas áreas, que serão disponibilizados para crianças e adolescentes usuários dos serviços assistenciais da entidade:

- **Psicologia:** através de atendimentos individuais e/ou grupais, favorecer a socialização dos participantes da entidade, atender as crianças/adolescentes encaminhados pela equipe da unidade, promover a integração da equipe multiprofissional, encaminhar a criança/adolescente para avaliação em outra instituição, caso seja necessário, orientar as famílias quanto aos acompanhamentos das crianças e adolescentes.
- **Fonoaudiologia:** a oficina de leitura e escrita tem como objetivo estimular e desenvolver a relação escritor-leitor nas crianças que apresentam dificuldades no aprendizado da leitura e da escrita. A terapia fonoaudiológica promove a estimulação da percepção visual, auditiva e da fala.
- **Médico:** acompanhamento através de consultas, encaminhamentos quando necessário e tratamento, visando sempre à saúde de cada um.
- **Dentista:** prevenir a incidência de cárie, problemas periodontais, placa dental e outros, através de procedimentos favoráveis a uma boa higienização bucal. Encaminhar os pacientes para tratamentos mais especializados quando necessário, aos ambulatórios odontológicos de atendimento gratuito, orientar os pacientes assim como seus educadores e familiares.
- **Assistente Social:** atendimento e entrevista individual dos pais e/ou responsáveis (procura de vagas, orientação sobre acontecimentos surgidos com as crianças e adolescentes que frequentam o programa da entidade), atendimento individual e/ou grupal de crianças e adolescentes (fixação de condutas desejáveis socialmente através de diálogo, mímica e jogos), reuniões periódicas de orientação aos pais, reuniões periódicas com a equipe de apoio para discutir o andamento

da unidade, linha de ação e interação do grupo e/ou em caráter extraordinário, contato permanente com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar, visitas domiciliares. (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002, p. 9-10).

O monitoramento e avaliação do programa desenvolvido pela entidade visando ao “controle da qualidade do atendimento” serão realizados por meio das seguintes atividades:

Reuniões periódicas com a equipe de trabalho, incluindo a equipe de rua, avaliação do trabalho realizado na rua, redução do número de crianças e adolescentes na rua, aumentar os encaminhamentos de crianças e adolescentes em situação de rua para o programa da entidade ou para os recursos da comunidade, aumentar o índice de crianças e adolescentes matriculados no ensino fundamental, diminuir os índices de evasão escolar e repetência, aumentar o número de famílias com acesso a ações socioeducativas, em projetos de geração de renda e programas de complementação da renda familiar, aumentar a frequência das crianças e adolescentes nos programas e serviços oferecidos pela entidade, mensuração do grau de satisfação das crianças, adolescentes e famílias, por meio de depoimentos e entrevistas. (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002, p. 11).

Análise crítica do plano de trabalho da entidade assistencial pública

Gostaríamos de destacar alguns aspectos do plano de trabalho dessas unidades públicas de assistência social à criança e ao adolescente que são implementados no município. Vamos retomar ideias e pinçar conceitos que, por hipótese, remeteriam o sentido dessa ação assistencial a um universo semântico bastante específico. Procuramos deduzir, a partir do que consta no plano de trabalho, a orientação política e pedagógica que predominaria nesses dispositivos sociais (SAWAIA, 1999; COSTA-ROSA, 2000).

Embora o projeto de trabalho dessas entidades públicas de atendimento se inicie aludindo ao Estatuto da Criança e do Adolescente e aos Direitos Humanos, afirmando que “(...) toda criança, inclusive a de rua, deve ter sua integridade física e moral preservadas por toda sociedade”, e ainda procurando traçar um breve diagnóstico da situação das crianças e adolescentes pobres da cidade (expostos à mendicância e à exploração pelo tráfico de drogas), a sua proposta de intervenção se concentra na busca de “prevenir a ociosidade e os riscos dela decorrentes” (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, p.2).

O autor texto institucional, de modo ingênuo e empírico, reconhece a “vulnerabilidade das famílias e do seu meio social”, afirma que “os pais induzem as crianças para

a mendicância, visando seu próprio sustento”, apresenta a ociosidade das crianças, perambulando pelas ruas, faróis e praças, “esmolando em portas de restaurantes e bares, inclusive praticando pequenos furtos” e, seu programa consiste em “minimizar as situações de extrema pobreza que se fazem emergentes e fortalecer sua inserção no processo social” (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, p.2). Qual é a perspectiva teórica que estaria embasando esse diagnóstico social e permitindo a formulação de uma intervenção específica para buscar seu equacionamento?

O que podemos notar nesse documento é um deslizamento do discurso, que passa do plano dos direitos de crianças e adolescentes para uma perspectiva social muito tradicional, própria do que se pode denominar como “teoria da marginalidade”. De acordo com essa teoria social, as carências e injustiças sociais existentes na sociedade seriam solucionadas e superadas por meio da participação organizada dos marginalizados, num processo que visaria sua integração no tecido social. O conceito de marginalização indicaria a existência de indivíduos que estão à margem e fora da vida social e são, portanto, “carentes”, e que a superação dessa condição viria por meio de sua integração ao sistema social vigente.

Ora, quando operamos com um instrumento analítico dialético e crítico, a partir do conceito de *classe social*, podemos entender que a pobreza de grandes massas humanas é produzida pela situação de exploração e opressão que o capitalismo exerce sobre os setores populares. Longe de manter esses grupos humanos “fora do sistema”, o capitalismo procurou manter imensos “exércitos de reserva de mão de obra” no desemprego estrutural, base de manutenção do próprio sistema. Inclusive, o capital é capaz de, astutamente, extrair expressivos dividendos econômicos e políticos dessas massas espoliadas, pauperizadas, excluídas da educação formal e sujeitas a manipulações de toda ordem, enquanto maneja as contradições do mercado de trabalho. Atualmente, o capitalismo financeiro nem se interessa mais por um “exército de reserva de mão de obra” e condena milhões de seres humanos ao desemprego absoluto e permanente.

As ideias de “desenvolvimento comunitário”, de “promoção social”, de “participação e organização popular”, de “integração social” típicas do discurso oficial remetem claramente a uma perspectiva social conservadora e tradicional que desconhece e nega a existência da sociedade capitalista como sendo dividida em classes sociais antagônicas e em conflito. No plano sociológico, a “teoria da marginalidade” remete a uma visão funcionalista e idealista da sociedade.

Nesse sentido, os homens, as pessoas, as crianças e adolescentes são indivíduos isolados do contexto social, “da sociedade”, “das pessoas de bem”, “dos trabalhadores”, “dos cidadãos” e estariam em situação de “exclusão social”, de “risco pessoal e social” e também de “vulnerabilidade social”. Mas o que produz a exclusão de tais indivíduos? O que os vulnerabiliza e os põem em “situações de risco”? Qual seria a causa da pobreza dos pobres? Pensamos que os pobres são os empobrecidos pela dinâmica

capitalista, que seria a produtora histórica das condições de exploração, dominação e subordinação que os eufemismos, tais como “exclusão social”, “risco pessoal e social” e “vulnerabilidade social”, procuram encobrir, sem muito sucesso.

Sem nenhum tipo de análise social explícita, o plano de trabalho da Secretaria Municipal de Assistência Social (2002) continua descrevendo e caracterizando a difícil situação em que se encontram as crianças e adolescentes pobres do município. Situações de pobreza e suas mazelas são elencadas sem qualquer tipo de questionamento quanto à sua origem e produção. O que a “boa sociedade” e o “poder público” fazem diante dessas constatações? Nem de longe problematizam sua própria implicação na produção dessa “des-ordem institucionalizada”, mas propõem a terapêutica dos remédios paliativos, visando “minimizar” tais problemas:

Trabalhar com a criança/adolescente de e na rua no sentido de construção de sua identidade, bem como de sua cidadania enquanto pessoa em desenvolvimento que participa e influencia na sociedade. Oferecer a criança/adolescente de e na rua modelos positivos de referencial humano. Conscientizar a criança da necessidade das regras existentes na sociedade e no dever de cumpri-las para o seu bem bem-estar, físico e psicológico. Trabalhar no sentido de afastar essas crianças e adolescentes da rua, oferecendo-lhes uma nova oportunidade de vida (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002, p. 6).

É evidente a despolitização do problema social, da pobreza e da situação dos empobrecidos. Diante das diversas “carências” verificadas, os remédios apontados podem ser localizados no plano psicológico (interioridade psíquica, personalidade, identidade), no plano educativo (exemplo edificante de modelos positivos de identificação) e no plano moral (centrado na transmissão de valores e na modelação de “comportamentos morais”), visando obter dos usuários a obediência às regras sociais de uma sociedade que lhes nega seus direitos fundamentais. O objetivo é então proposto como o velho sonho da *educação integral*: “formar e aperfeiçoar crianças e adolescentes para o exercício da cidadania”, subentendendo que o cidadão é o indivíduo escolarizado, trabalhador, produtor e consumidor, plenamente “integrado” à “boa sociedade”.

Para tanto, seria preciso criar um espaço social protetor, que permitisse “afastar essas crianças e adolescentes da rua, oferecendo-lhes uma nova oportunidade de vida”. Na entidade assistencial, é preciso “proporcionar às crianças e adolescentes oportunidades de adquirir conhecimentos, desenvolver habilidades e atitudes que favoreçam seu ingresso, regresso, permanência e sucesso escolar”. A escola seria considerada uma

importante agência de socialização e de ensino, mas como não está obtendo sucesso com essa clientela difícil, a entidade assistencial vem secundá-la em seus esforços educacionais, no período inverso. A entidade também pretende “provocar um impacto positivo na qualidade de vida da criança, adolescente, família e da comunidade, através da educação, da convivência familiar e da participação comunitária”. Talvez se pense que a educação – enquanto uma instância autônoma e incondicionada – possa redimir os diversos problemas sociais indicados, considerando que ela estaria desvinculada da produção coletiva da vida social. Teríamos aí uma visão ingênua e não crítica do lugar – em grande medida condicionado e determinado – da educação na sociedade capitalista.

A intervenção junto à família dessas crianças e adolescentes é frisada constantemente: o atendimento psicológico tem como uma de suas finalidades “orientar as famílias quanto aos acompanhamentos das crianças e adolescentes”; a assistente social deve realizar “reuniões periódicas de orientação aos pais, bem como fazer visitas domiciliares”; o programa assistencial visa “aumentar o número de famílias com acesso a ações socioeducativas, em projetos de geração de renda e em programas de complementação da renda familiar; também pretende “ampliar a compreensão da família a respeito de sua responsabilidade frente à criança e adolescente, enquanto primeira instância social, no processo de organização da comunidade”. Diz-se ainda que “a família deverá receber visitas regulares de profissionais envolvidos, para atuação nos problemas familiares que geralmente motivam a criança a sair de casa. Aqui, o trabalho também envolve doação de cestas básicas, habilitação para o mercado de trabalho, encaminhamento, orientação e integração no projeto de enfrentamento da pobreza”. Além disso, “o programa busca de início um pacto com a família, na colaboração do processo de desenvolvimento de seus filhos, preparando-os para o mercado de trabalho”. Podemos dizer que as famílias portanto, seriam monitoradas, orientadas, auxiliadas, cooptadas e também policiadas por intervenções dos agentes sociais do programa municipal.

Não é difícil notar que tanto o senso comum quanto os técnicos responsáveis pela formulação de políticas sociais e pela organização de serviços apresentam uma concepção reacionária relativa à família, vendo-a a partir de categorias valorativas tradicionais: as famílias são capazes ou incapazes, doentes ou sadias, normais ou anormais, “desestruturadas” ou estruturadas. Na concepção funcionalista e sistêmica de família, a mulher é designada a responsabilidade “natural” de cuidar e educar os filhos, característica que permite seu julgamento moral. O pai representaria a figura de autoridade e o provedor do lar. Essa abordagem transclassista ocupa-se apenas com a questão da distribuição territorial das famílias consideradas em “situação de vulnerabilidade”.

Se o objetivo é “prevenir a ociosidade e os riscos dela decorrentes”, passa-se rapidamente para a ação corretiva: procura-se atrelar os adolescentes pobres ao mercado de trabalho, numa tentativa de “iniciação pré-profissional” desses indivíduos. O senso comum considera que os pobres e seus filhos vivem ociosos, sem ocupação, o que leva aos vícios: preguiça, desordem, imoralidade. Mas não se percebe que a causa da ociosidade dos pobres está na privação dos seus direitos, pois enquanto cidadãos, eles são lesados e violentamente excluídos dos direitos à convivência familiar e comunitária, à saúde, à educação, ao lazer, à formação profissional, ao trabalho, ao futuro e, no limite, da própria vida. O pensamento liberal autoritário e tradicional considera que a “ociosidade é a mãe de todos os vícios” e que o “trabalho enobrece e dignifica o homem”. Então, o remédio para a pobreza e para os problemas sociais estaria na profissionalização, na *educação para o trabalho* e, de preferência, na *educação pelo trabalho*, que ensinaria ao mesmo tempo, a ordem, a disciplina, e que pela remuneração e pela aprendizagem do esforço em poupar, autonomizariam o indivíduo, reduzido assim ao único responsável pela própria condição social (LIMA, 2008). Se a perspectiva é essa, então se entende que “a prioridade é investir em uma formação que permita ao adolescente de família de baixa renda disputar espaço no mercado de trabalho”.

O programa municipal explicita que as crianças de 07 a 12 anos têm “o direito de ser crianças”, podendo brincar, estudar e desenvolver atividades esportivas e culturais. Os adolescentes de 12 a 14 anos “são orientados sobre temas relacionados a essa fase de suas vidas, além de contribuir para que o jovem compreenda a importância do trabalho e seus benefícios”. Juntamente com essas orientações, os adolescentes seriam inseridos num “trabalho de capacitação profissional conforme aptidão, incluindo visitas a locais de trabalho (empresas conveniadas) para a escolha segura das atividades que se desejam desenvolver.”

Na fase pré-profissionalizante, destinada aos jovens de 14 a 18 anos incompletos, “a prioridade é investir em uma qualificação que permita ao adolescente disputar espaço no mercado de trabalho. Despertar vocações, desenvolver habilidades culturais e profissionais”. Nesta etapa, os jovens “devem participar de atividades que possibilitem a capacitação e qualificação profissional em várias áreas: artesanato; auxiliar de limpeza/arrumadeira, na área de hospedagem e turismo; técnicas básicas de cozinha; eletricitista - reparos e manutenção; marcenaria; técnicas básicas para garçom”.

A profissionalização dos adolescentes também seria realizada ainda por meio dos seguintes cursos: “mecânica de moto; mecânica de auto; ajustador mecânico; tornearia; garçom e garçonete; jardinagem; computação; *baby sister*”. O programa municipal indica que “com aptidão e idade suficiente para trabalhar, o adolescente será encaminhado para o mercado de trabalho, enquanto continua a estudar. Contudo, a assistência e o acompanhamento continuam. Com trabalho, estudo, ambiente familiar trabalhando o desempenho e bons comportamentos, o adolescente será um novo cidadão.”

É interessante notar que inclusive atividades de artesanato são instrumentalizadas visando “estimular a criatividade a fim de desenvolver na criança/adolescente o gosto por trabalhos manuais, preparando-os para desenvolver atividades com fins lucrativos”. A capacitação profissional seria oferecida conforme “a aptidão” do adolescente, mas também se indica que os cursos são “pré-profissionalizantes” e que sua oferta também varia de acordo “com a demanda do mercado”. Não se cogita, por exemplo, que esses adolescentes possam aspirar a uma formação universitária e também é interessante notar que os cursos oferecidos são “pseudo-profissionais” e não competem com os cursos profissionalizantes das faculdades privadas e públicas locais. Uma formação profissional precária somente pode preparar indivíduos para ocupações desvalorizadas e subalternas, mantendo-os na sua classe social de origem (SOUZA, 2006a, 2006b).

Observando o funcionamento da entidade pública

Realizamos visitas a uma das entidades públicas de atendimento à criança e ao adolescente nos dias 08, 09 e 12 de março de 2010. Tendo procurado o responsável, fomos bem acolhidos e depois de apresentarmos nossa proposta de pesquisa, obtivemos autorização do diretor da entidade e também do gestor da pasta de Assistência Social para realizarmos as visitas de observação.

Quanto à estrutura física, a entidade dispõe de um grande espaço, com prédios, diversas salas para as atividades, quadra de esportes coberta, campo de futebol gramado, anfiteatro, refeitório, cozinha, salas com jogos para recreação, banheiros para as crianças e adolescentes, prédio da administração com as salas da secretária, do coordenador pedagógico, da assistente social, dos professores e do diretor da unidade, além dos banheiros masculinos e femininos para professores e funcionários. Há uma sala de atendimento psicológico e uma sala de informática. Os prédios são bastante antigos e as instalações foram adaptadas para o atendimento de crianças e adolescentes. Na verdade, a entidade se parece muito com uma escola, pois inclusive o início e o término das atividades, que são chamadas de “aulas” são marcados pelo som de uma campainha.

A rotina começa com a chegada de crianças e adolescentes trazidos de diversos bairros da cidade por meio de ônibus pertencentes à prefeitura municipal ao redor das 08:00 horas da manhã, quando é servido o café. Às 08h20min, tem início o trabalho educativo, sendo desenvolvidas as seguintes atividades: apoio e reforço escolar; informática, educação física e esportes, capoeira, jogos de salão, aulas de espanhol, de dança e também ensaios de coral. A primeira aula vai das 8h20min às 09h10min, a segunda aula dura das 09h10min às 10h, quando há um intervalo de 10min, seguido de mais uma aula, que dura das 10h10min até as 11h, quando é servido o almoço no refeitório. Os ônibus levam as crianças e os adolescentes para as escolas a partir das 11h20 min.

A clientela da entidade, que se localiza numa área central da cidade, é composta por aproximadamente 250 crianças e adolescentes de 07 a 15 anos de idade, vindas de bairros pobres da cidade. No turno matutino são atendidos 130 indivíduos e no turno vespertino, mais 120. Eles são divididos em grupos etários com base nas séries escolares que frequentam: são agrupadas as crianças de 2^a a 4^a séries, as da 5^a são numerosas e ficam juntas, o que também ocorre com o grupo das que estão na 6^a série, depois são agrupadas as que estão na 7^a série ao ensino médio. São 04 grupos de alunos que participam de atividades de apoio e de reforço escolar em quatro salas de aulas com professoras da rede municipal de ensino. Como as diversas atividades que compõem o currículo estão superpostas e acontecem ao mesmo tempo em que as crianças e adolescentes estão nas salas de aulas, eles são divididos em subgrupos e, deixando a sala, vão participar, de modo escalonado, das outras atividades oferecidas: aulas de espanhol, informática, dança, capoeira, coral, educação física e esportes, além dos jogos de salão e de sessões de atendimento psicológico individual ou grupal. No horário da tarde, o esquema de trabalho é semelhante, sendo que o horário de início é às 13h30min, a primeira aula dura até as 15h, há um intervalo de 10 minutos e um novo período de aulas que vai das 15h10min até as 16h20min. As crianças e adolescentes também são divididos e agrupados por séries escolares, sendo que a frequência de adolescentes é maior no período vespertino.

A equipe profissional que atua na entidade é composta majoritariamente por funcionários públicos: há um diretor, um coordenador pedagógico, uma assistente social, uma psicóloga, onze professores, um auxiliar de escrita e um de serviços gerais, uma cozinheira e uma auxiliar de cozinha, totalizando 19 trabalhadores. Diversos professores cumprem apenas meia jornada de trabalho na entidade e outros ainda desenvolvem suas atividades em outras unidades públicas do programa de atendimento à criança e ao adolescente no município.

Atividades socioeducativas desenvolvidas são compostas basicamente pelo apoio e reforço escolar e por atividades lúdicas e de entretenimento. O que restou de “profissionalizante” foram as aulas de informática. Em conversa com a assistente social, soubemos que “é comum que os adolescentes frequentem a entidade até os 15 anos, aproximadamente, porque eles se cansam das atividades e não se interessam mais por elas”. Ela também informou que, em termos profissionalizantes, “a alternativa para os adolescentes consiste em prestar o exame de seleção para ingressar no Centro Profissionalizante Municipal ou então no programa da Legião Mirim, mas a entidade mesmo não oferece mais cursos profissionalizantes”.

Tendo solicitado vistas a alguns documentos da entidade, tais como o projeto pedagógico e plano de trabalho, o coordenador pedagógico forneceu-nos uma cópia do “Planejamento 2010”, uma cópia dos horários das aulas/atividades socioeducativas do período matutino e do vespertino, uma cópia do “Regulamento 2010” e ainda uma cópia do Regimento Interno.

O “Planejamento 2010” se reduz a uma página com os meses do ano, com a indicação do número de dias letivos de cada mês, além das datas comemorativas que compõem o “temário das atividades que cada professor deve desenvolver com seus alunos em sala de aula” e com a previsão das datas na quais seriam realizadas atividades mensais tais como: reunião da equipe profissional, comemoração dos aniversários das crianças, dia de passeio na chácara com as crianças, reuniões diversas com as famílias beneficiárias dos programas “Renda Cidadã” e “Ação Jovem”.

O “Regulamento 2010” é antigo, contém 7 artigos e deve ser lido e assinado pela criança/adolescente, por seus pais e datado, quando do ato da matrícula na entidade. Também tivemos acesso ao Regimento Interno e a alguns “Critérios para o bom funcionamento da entidade”. Pensamos que tais documentos revelam a ausência de uma proposta socioeducativa consistente na entidade, pois não encontramos documentos que apresentem uma descrição e uma fundamentação explícita do trabalho realizado. A impressão é de que isso não faz muita falta, predominando a improvisação e um empirismo experimental, com base no modelo escolar tradicional. Diante da nossa solicitação por planos de trabalho, a assistente social que coordena os trabalhos da entidade nos ofereceu uma pasta contendo antigos projetos da entidade pública municipal, mas disse “que não tinha o projeto atual, que teria sido revisado e atualizado no ano de 2008 e que deveria estar com os técnicos da Secretaria Municipal de Assistência Social”.

Observamos que as atividades de apoio e reforço escolar são monótonas e cansativas: as professoras procuram orientar as crianças para que façam as tarefas escolares e procuram trabalhar os conteúdos escolares da maneira tradicional. É interessante observar que os “passeios à chácara” e o “acampamento de fim de ano” são utilizados para atrair e mobilizar o interesse das crianças e dos adolescentes, bem como para controlar e modelar seu comportamento: só podem participar de tais atividades os usuários que apresentarem notas satisfatórias e bom comportamento. Desse modo, a entidade parece constituir um híbrido curioso: há nela algo de “creche”, um pouco de “escola”, uma parte de “clube” e uma busca para promover uma ação sobre a conduta moral dos usuários, procurando inculcar neles uma série de “valores”: direitos, deveres, profissionalização, cidadania etc.

Aparentemente, a entidade se preocupa muito com a formação moral das crianças e adolescentes e sua ação institucional também poderia ser incluída no que se denomina de “educação compensatória”, que pode ser definida como um

Conjunto de medidas políticas e pedagógicas visando compensar as deficiências físicas, afetivas, intelectuais e escolares das crianças das classes cultural, social e economicamente marginalizadas, a fim de que elas se preparem para um trabalho e tenham oportunidade de ascensão social. 1. A educação compensatória é um termo

que surgiu durante a Revolução Industrial. 2. Esse termo é usado, em geral, no pré-escolar e nas séries iniciais do 1º grau. (DUARTE, 1986, p. 175).

Tendo participado de uma reunião da equipe de professores, assistimos ao trabalho de organização de atividades “pedagógicas” tais como: planejamento de atividades relacionadas com a celebração da Páscoa, de atividades relacionadas com a organização da festa mensal dos aniversariantes e, ainda, de atividades relativas ao tema da festa das mães do mês de maio. As professoras sugeriram diversas atividades tipicamente escolares relativas aos temas do calendário que estavam em questão. O que parece distinguir essa entidade assistencial de uma escola comum é a ausência de preocupação com o currículo e os conteúdos das matérias escolares tradicionais, pois seu objetivo não é transmitir conhecimentos e informações, que seriam da responsabilidade da própria escola.

Também vimos um filme no projetor multimídia, mostrando um depoimento de ex-usuários da entidade: um havia se tornado mendigo e vivia nas ruas, tomava cachaça para aguentar a vida nas ruas e pedia comida de porta em porta, outro havia entrado na drogadição quando parou de frequentar a entidade ao redor dos 15 anos de idade e então lutava para se livrar do vício, procurando fazer um trabalho de conscientização junto a jovens da favela. Curiosamente, tais questões não levaram o grupo a problematizar a eficácia e resolutividade do trabalho socioeducativo que estavam realizando na entidade.

No final da reunião, o coordenador pedagógico pediu a atenção dos professores para o portão de entrada, que estava ficando aberto no horário de funcionamento normal da entidade, quando deveria ficar fechado, também vinham ocorrendo ações de vandalismo nos banheiros utilizados pelos alunos, motivo pelo qual passariam a ficar fechados durante o horário das aulas e a chave deveria ser procurada na secretaria, quando necessário. O diretor também comentou que era preciso ser claro com as crianças quanto à razão de frequentarem o projeto, afirmando que era importante dizer a verdade para elas. Como exemplo, relatou uma conversa franca e direta que teria tido com uma criança: “Você sabe por que está aqui? Você está aqui porque sua avó precisa que você fique aqui, enquanto ela toma conta dos seus irmãos. Ela não pode ficar com todos vocês ao mesmo tempo”. Podemos notar que a entidade não existe porque crianças e adolescentes são cidadãos de direitos para os quais se oferece proteção integral e oportunidades de educação, de formação crítica e de desenvolvimento pessoal e coletivo, com objetivos emancipatórios. A entidade fica reduzida, na percepção do diretor, a um espaço de guarda e de contenção de crianças e de adolescentes pobres e desvalidos, cujas famílias não conseguem se responsabilizar por eles. A entidade existe para compensar a impossibilidade que os membros das camadas populares têm para cuidar dos seus filhos. Nela, haveria então algo de creche e um pouco de prisão também.

Conclusões

Podemos considerar que a entidade assistencial pública está fundamentada numa perspectiva política de classe elitista: trata-se da elite política oferecendo um programa de atendimento para crianças e adolescentes pertencentes às classes populares. Do ponto de vista sociológico, essa elite política pode ser caracterizada por uma perspectiva filantrópico-clientelista, autoritária e benemerente, estando mais interessada em votos e em esvaziar a pressão social do que na implementação de políticas setoriais pautadas nos direitos de cidadania de crianças e de adolescentes, que são tratados como “cidadãos pequenos” e “menores” e não como “pequenos cidadãos”. O ECA e a lógica da criança e do adolescente como sujeitos de direitos e como cidadãos ainda não constituem o pano de fundo do programa municipal de atendimento à criança e ao adolescente. A lei é citada aqui ou ali, mas não é seu espírito que enforma os planos de trabalho, os investimentos financeiros, a mentalidade dos educadores nem as práticas institucionais cotidianas.

Notamos que há muito de improvisação e de ausência de qualidade teórico-técnica na oferta institucional. Às mazelas típicas da cultura organizacional do funcionalismo público se agregam os costumes nefastos e as práticas escolares mais rotineiras, indicando realmente uma colonização escolar da assistência social à criança e ao adolescente. A instituição escolar já se constitui numa terrível farsa para os filhos das classes oprimidas e as entidades assistenciais vêm plagiá-las ou mimetizar de modo sofrível e canhestro o que já é em si mesmo incipiente.

Podemos pensar que a metodologia de trabalho da entidade busca promover a prevenção e a aprendizagem de novos papéis e comportamentos sociais voltados para crianças e adolescentes pobres. O objetivo visaria a uma educação em valores morais individuais. Os usuários devem ser atendidos por profissionais da área de pedagogia, de psicologia e de serviço social por meio de um atendimento sistemático e personalizado, levando o jovem a refletir sobre suas atitudes pessoais diante da sua vida. Esses profissionais têm como função corrigir, educar, modificar o comportamento e a conduta dos usuários, com vistas à integração e à adaptação social.

A pedagogia subjacente ao plano de trabalho da entidade revela uma estratégia de socialização escolarizante das crianças e dos adolescentes pobres e também de suas famílias. Trata-se de uma pedagogia interessada mais em aspectos comportamentais, nos problemas e desvios de conduta e na modelagem do caráter dos indivíduos para formá-los enquanto “homens e mulheres de bem”, tornando-os cidadãos trabalhadores, ordeiros, pacíficos e cumpridores das regras sociais. Na entidade, parece que interessa mais o sentimento que o intelecto, o psicológico que o lógico e crítico, o “aprender fazendo” do que os conteúdos, a prática mais do que a teoria, o interesse e a espontaneidade mais do que o esforço. Isso nos remete ao ideário da Pedagogia

Renovada, mais interessada no plano psicológico, afetivo e emocional do indivíduo do que na construção coletiva de saberes críticos e conscientizadores e de uma ação social transformadora. Trata-se de “educar o popular” com vistas a promover o consenso social.

Mas toda essa liberalidade pedagógica fundada num viés psychologizante também revela uma faceta disciplinar-correcional que pretende promover uma ortopedia social corretiva sobre as famílias das classes populares e também sobre suas crianças e adolescentes. “Educar em valores” aí significa educar tais indivíduos a partir da inculcação da pauta de valores hegemônicos na sociedade e, o fundamental é ensiná-los a “respeitar os direitos e deveres”, sobretudo a obedecer as regras sociais e se submeter aos seus imperativos e respeitar a propriedade privada. “Respeitar os direitos” também inclui respeitar a propriedade privada e não roubar o que é dos outros. Mas onde está o que pertence aos membros das classes populares? Quem vai garantir seus direitos? “Educar em valores” e para o reconhecimento de “limites” não seria um disfarce da intenção filantrópica de educar os pobres para que não ingressem na criminalidade e se mantenham “dignos e honestos”, mesmo quando mergulhados na miséria? Quem sabe mais sobre o que são limitações do que os pobres, que as experimentam continuamente? Eles precisariam ser educados para a reivindicação e para a mobilização social, com o objetivo de superar as limitações que lhe são duramente infligidas pela atual (des)ordem social.

Ainda predomina, nas entidades que compõem o programa público de atendimento a crianças e adolescentes pobres, uma Lógica Menorista¹, repressiva e patologizante. O programa está construído a partir de coordenadas sociológicas reacionárias, de perspectivas pedagógicas renovadas moralizantes e de práticas psicológicas tradicionais e patologizantes. Ele se apresenta de modo profundamente despolitizado e despolitizante, alienado e alienante, promovendo a regulação social por meio do gerenciamento socioeducativo dos membros das classes populares.

Referências

BENELLI, S. J. *Pescadores de homens: estudo psicossocial de um seminário católico*. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

1 A Lógica Menorista pode ser entendida como um conjunto de saberes e fazeres determinado por uma teoria Filantrópica que distingue entre “crianças e adolescentes” e “menores delinquentes”. Essa perspectiva se plasmou no Código de Menores (BRASIL, 1984) e criou a doutrina da “situação irregular”, criminalizando a pobreza. O aparato político-jurídico institucionalizou uma série de equipamentos sociais com finalidades repressivas, punitivas e correcionais para enquadrar os “menores”. Apesar da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente no ano de 1990, ainda notamos a persistência da Lógica Menorista nos discursos e práticas institucionais de atendimento a criança e ao adolescente.

- BENELLI, S. J. *A produção da subjetividade na formação contemporânea do clero católico*. 2007. 486 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- BRASIL. Senado Federal. *Código de menores*. Lei Federal n.º 6.697/79. Concepções, anotações, histórico, informação. 2. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1984.
- BUJES, M. I. O fio e a trama: as crianças nas malhas do poder. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 25-44, 2000.
- BUJES, M. I. A invenção do eu infantil: dispositivos pedagógicos em ação. *Revista Brasileira de Educação*, Belo Horizonte, n. 21, p. 17-39, set./dez. 2002.
- BULCÃO, I. A produção de infâncias desiguais: uma viagem na gênese dos conceitos 'criança' e 'menor'. In: NASCIMENTO, M. L. (Org.). *Pivetes: a produção de infâncias desiguais*. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2002. p. 61-73.
- CÉSAR, M. R. A. *A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico*. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.
- COIMBRA, C. C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. Subvertendo o conceito de adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005.
- COSTA-ROSA, A. O modo psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. In: AMARANTE, P. D. C. (Org.). *Ensaio de loucura e civilização*: 1. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p. 141-168.
- COTRIM, G. *Educação para uma escola democrática: história e filosofia da educação*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1993.
- CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. Sobre a psicologia no contexto da infância: da psicopatologização à inserção política. *Revista Aletheia*, Canoas, v. 20, p. 77-90, jul./dez. 2004.
- CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. (Org.). *Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CRUZ, L. R.; HILLESHEIM, B.; GUARESCHI, N. Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas psi. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 42-49, 2005.
- DINIZ, A.; LOBO, A. P. (Org.). *A criança e o adolescente em situação de risco em debate*. Rio de Janeiro: Litteris-KroArt, 1998.
- DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- DUARTE, N. *Vigotski e o "Aprender a Aprender"*: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas: Autores associados, 2001.
- DUARTE, S. G. *Dicionário brasileiro de educação*. Rio de Janeiro: Antares: Nobel, 1986.

- FRANCISCO FILHO, G. *Panorâmica das tendências e práticas pedagógicas*. Campinas: Átomo, 2004.
- GOMES DA COSTA, A. C. G. *Parâmetros para formação do socioeducador: uma proposta inicial para reflexão e debate*. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.
- LIBÂNEO, J. C. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: LUCKESI, C. C. *Filosofia da educação*. São Paulo: Cortez, 1994. p. 53-74.
- LIMA, A. L. *Os riscos do empreendedorismo: a proposta de educação e formação empreendedora*. 2008. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- MONTEIRO, L. O. A judicialização dos conflitos de adolescentes infratores: solução ou mito? *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 63-74, 2006.
- NOGUEIRA NETO, W. *Enfrentado as diversas formas de violação dos direitos de crianças e adolescente, a partir de um sistema de promoção e de proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes*. 2010. Disponível em: <http://serv01.informacao.andi.org.br/-c4ff379_111b38a50b9_-7fb8.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2010.
- RIZZINI, I. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1997.
- SALIBA, M. G. *O olho do poder: análise crítica da proposta educativa do Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.
- SAVIANI, D. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. São Paulo: Cortez, 1988.
- SAWAIA, B. (Org.). *Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. *Plano de trabalho da entidade assistência pública para crianças e adolescentes*. 2002. Mimeografado.
- SOUZA, A. M. *Jovens e educação empreendedora: que discurso é esse?* 2006. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006a.
- SOUZA, A. Educação empreendedora: que discurso é esse? *Revista Educativa*, Goiânia, v. 9, n. 2, p. 217-229, 2006b.